



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – SETOR DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000403-59.2024.8.15
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90013 /2024

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (926222)

OBJETO: Aquisição de MacBook, nos termos da tabela abaixo, para atender a necessidade de desenvolvimento de aplicativos mobile para iPhone, conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento , conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 32.979,98 (Trinta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e noventa e oito centavos)

DATA DA SESSÃO

De 10 / 12 /2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08:00 até 14:00 horas

(HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERENCIA ME/EPP: SIM

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA 90013/2024

(Processo Administrativo n.º 000403-59.2024.8.15)

)
Torna-se público que o(a) Tribunal de Justiça da Paraíba por meio do setor de licitações e através da Portaria 1321/2023, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, inciso .II., nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 10 / 12 /2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 até 14:00 horas

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a Aquisição de MacBook, nos termos da tabela abaixo, para atender a necessidade de desenvolvimento de aplicativos mobile para iPhone , conforme quantitativo, especificações e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela constante abaixo

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	CAT MAT	UNI D	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	MacBook para desenvolvimento de aplicativos mobile. Especificações: MacBook PRO. Tela Liquid Retina XDR de 14 polegadas. Processador	618643	UNI D	2	16.489,99	32.979,98

	M3 Pro da Apple. Memória RAM unificada de 18GB. SSD de 512GB. Adaptador de energia USB-C de 70W. Cabo de USB-C para MagSafe 3.					
--	---	--	--	--	--	--

1.2.A relação do item, indicando seu quantitativo, especificações mínimas, modelos, valores estimados, unitários e total, constam do ANEXO deste Termo de Referência

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preços observados as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.2 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.3 O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.4 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5 Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.7.1 aqueles que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.7.2 aqueles que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.3 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico

2.7.4 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.7.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

2.7.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e demais anexos assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- c) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,1 (*um centavo*).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor provisoriamente em primeiro lugar, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado e se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4 Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 5.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1 SICAF;

5.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7 Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1 conter vícios insanáveis;

5.8.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3 apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10 Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

5.10.1 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.10.1.1 Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.10.2 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.10.2.1 O valor global estimado para a contratação.

5.10.2.2 Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.

5.10.3 serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.10.4 será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.11 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida parecer escrita do setor requisitante/técnico do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.15 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos **bem como exigências contidas no item 8.3 do Termo de Referência, anexo ao edital**

6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.8.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 05.(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação

b) Multa moratória de até 0,5% (meio) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da Ordem de Fornecimento expedida, até o limite de 20 (vinte) dias;

c) Multa compensatória de até 20% (vinte) por cento sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, pelo prazo de até três anos

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens a , bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11 as peculiaridades do caso concreto;

8.12 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13 os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2 As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO I.1 – Dotação orçamentaria

DIANA COELI DE ARAÚJO VITAL

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Termo de Referência 180/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
180/2024	926222-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA	LEANDRO DA COSTA SANTOS	12/11/2024 11:59 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90078/2023	000403-59.2024.8.15

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de MacBook, nos termos da tabela abaixo, para atender a necessidade de desenvolvimento de aplicativos mobile para iPhone. Conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Tabela de Especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MacBook para desenvolvimento de aplicativos mobile. Especificações: MacBook PRO. Tela Liquid Retina XDR de 14 polegadas. Processador M3 Pro da Apple. Memória RAM unificada de 18GB. SSD de 512GB. Adaptador de energia USB-C de 70W. Cabo de USB-C para MagSafe 3.	618643	Unidade	02	R\$ 16.489,99	R\$ 32.979,98
TOTAL:						R\$ 32.979,98

1.2. O prazo da contratação deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato ou equivalente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. O bem deverá ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. JUSTIFICATIVA

2.1.1. O TJPB vem desenvolvendo aplicativos mobile para iPhone, e para que os testes de suas versões há a necessidade de um Macbook (Sistema operacional MacOS), para geração de pacotes, testes, etc.

2.1.2. Atualmente o equipamento dessa gerência estagnou na versão 12 do sistema operacional, mas a ferramenta para realizar build de apps solicita que o sistema operacional esteja atualizado com a versão mínima 13.5, impossibilitando que possamos liberar novas versões para IOS.

2.1.3. Não se faz necessária a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP e da Matriz de Riscos pelas seguintes razões:

1. O objeto da contratação é padrão, bem definido e já conhecido pela Administração.
2. O b j e t o
rotineiro: Existem experiências prévias com contratações semelhantes e não há mudanças
3. Experiências anteriores: significativas nas necessidades ou nos requisitos técnicos. Considerando que o valor da contratação está abaixo do limite de dispensa de licitação, Art. 75, II, Custos e prazos: da Lei nº 14.133/2021, e a urgência da contratação pretendida é mais vantajoso para a Administração evitar a elaboração de estudos técnicos preliminares detalhados de uma matriz de riscos, visando agilizar o processo de contratação e minimizar os custos administrativos. O risco associado à contratação é considerado baixo devido à natureza do objeto contratado e o Risco mínimo: valor total da despesa.

2.2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.2.1. A gerência de sistemas dispõe de um Macbook adquirido no ano de 2017 e dado esse tempo o equipamento ficou obsoleto e impossibilitado de atualizar seu sistema operacional, condição necessária para que possamos compilar os aplicativos para iPhone e iPad.

2.2.2. Atualmente este tribunal possui dois aplicativos mobile, e estamos impossibilitados de lançar novas versões devido a falta de um macbook atualizado.

3. Descrição da solução

3.1. A solução abrange a contratação de empresa para fornecimento de MacBook, para atender a necessidade de desenvolvimento de aplicativos mobile para iPhone com as seguintes especificações:

1. MacBook PRO. Tela Liquid Retina XDR de 14 polegadas. Processador M3 Pro da Apple. Memória RAM unificada de 18GB. SSD de 512GB. Adaptador de energia USB-C de 70W. Cabo de USB-C para MagSafe 3.

3.2. Considerando a demanda e os custos relacionados ao bem pretendido, a solução melhor indicada, foi a do tipo de dispensa de licitação eletrônica, conforme dispõe o art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

4. Requisitos da contratação

4.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO

4.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.1.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 /21, pelas razões do não emprego de mão de obra exclusiva e baixa complexidade do objeto.

4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no Plano de Logística Sustentável - PLS/PJPB 2024-2026 e na Resolução nº 400, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça.

4.3. Indicação de marcas ou modelos:

4.3.1. A escolha da padronização dos equipamentos com sistema IOS é baseada na continuidade dos serviços internos e externos fornecidos pelo TJPB – em sua área meio e finalística – bem como em uma larga, sólida e satisfatória experiência ao longo dos últimos anos. A necessidade se justifica ainda pelo fato de que são desenvolvidos aplicativos tanto para equipamentos com sistema android quanto para IOS.

4.3.2. Sendo assim, a decisão tecnológica em favor dos equipamentos baseados em IOS, se fundamenta também nas características de segurança e privacidade garantidas em alto nível pelo fabricante, através de um rigoroso processo de validação e liberação de aplicativos em sua loja de software.

4.3.3. De acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União) em seu Acórdão nº 1682/2013 fica clara a possibilidade de contratação com direcionamento de marca contanto que haja justificativa robusta, com base em aspectos técnicos, operacionais e de economicidade, acerca da escolha do sistema operacional IOS. Quanto à indicação de marca, o art. 41, § I, alíneas "b" e "d" da Lei 14.133/2021 excepciona a possibilidade quando tecnicamente justificável. O que a Lei de Licitações veda e os Tribunais de Contas condenam, em especial o TCU, é a preferência por determinada marca e sua indicação sem a devida justificativa técnica nos autos. A jurisprudência do TCU é no sentido de que a vedação legal à preferência de marca não obsta a adoção de uma padronização, desde que ela seja resultado de uma decisão administrativa circunstanciadamente motivada que demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração. Na contratação em tela temos a necessidade de aquisição de equipamento cujo sistema operacional seja o IOS tendo em vistas a necessidade de segurança da informação que o cargo público requer. Para subsidiar as possíveis justificativas temos o que segue:

4.3.4. No que tange a competitividade, saliente-se que praticamente todas os fornecedores comercializam tais equipamentos;

4.4. Da exigência de amostra:

4.4.1. Não será necessário a apresentação de amostras.

4.5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

4.5.1. Tendo em vista que se trata da aquisição de apenas um item, não se aplica ao caso em tela.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. A Ordem de Fornecimento será enviada pelo Fiscal Técnico do Contrato através de e-mail fornecido pelo licitante vencedor, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, tendo o fornecedor o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação, para confirmação de recebimento do e-mail.

5.1.1. O prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento, pelo fornecedor, do e-mail contendo a Ordem de Fornecimento, em remessa única, na Rua Professor Batista Leite, 151 - Roger / João Pessoa-PB - CEP: 58020-245, no horário das 08:00 às 16:00 h de segunda a quinta-feira e às sextas-feiras das 08:00 às 12:00h.

5.1.1.1. A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Gerência de Material, Patrimônio e Acervo, LUCIANO CARVALHO DE MEDEIROS JÚNIOR, matrícula nº 477.566-0, devidamente designado para esse fim.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega dos materiais na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Gerência de Material, Patrimônio e Acervo, o servidor Ataídes Cassimiro da Silva, matrícula 472.895-5, devidamente designado para esse fim.

5.1.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, conforme definido no presente Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O bem deverá ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.1. Quando solicitado nas especificações do item, a empresa contratada deverá atender à garantia/validade ali estabelecida.

5.2.2. Todos os custos referentes à coleta, transportes e devolução dos equipamentos, no período de garantia, são de responsabilidade da Contratada.

5.2.2.1 A garantia técnica compreenderá todas as funcionalidades dos equipamentos adquiridos, tanto as descritas neste Termo de Referência, quanto as contempladas nos manuais e demais documentos técnicos.

5.2.2.2 A garantia técnica deverá ser realizada pela própria Fabricante ou assistência técnica autorizada.

5.2.2.3 O serviço de garantia/suporte prestado deverá ser realizado no idioma português (Brasil).

5.2.2.4 Todas as peças e componentes substituídos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser recondicionados, com apresentação de documentos para tanto.

5.2.2.5 Caso o equipamento, identificado pelo seu número de série, apresente o mesmo defeito recorrente após o segundo conserto, a Contratada deverá substituí-lo por outro idêntico ou superior, sem qualquer ônus para o TJPB.

5.2.2.6 Será efetuada pela assistência técnica autorizada ou fabricante, sem ônus para o TJPB, a troca de todas e quaisquer partes, peças e equipamentos que se revelarem defeituosos, desde que não sejam provenientes de mau uso.

5.2.3. Todos os equipamentos devem ser novos, sem uso, ainda em linha de fabricação, constar do anúncio mais recente do fabricante.

5.2.4. O produto ofertado não pode constar na lista do fabricante de END-OF SUPPORT (fim do suporte técnico) ou END-OF-SALE (fim de vendas), no momento da assinatura do Contrato.

5.2.5. A Contratada deverá se responsabilizar por manter o perfeito funcionamento, suporte, reposição de peças e abertura de chamados no fabricante/assistência técnica autorizada durante a vigência do Termo de Garantia e Assistência Técnica.

5.2.6. No caso de vícios insanáveis no equipamento, a Contratada providenciará a troca do mesmo por produto novo. Além disso, a cada 3 (três) interrupções técnicas no período de 3 (três) meses da vigência da garantia, independentemente dos defeitos apresentados, para o mesmo equipamento e para o mesmo defeito, o mesmo deverá ser substituído por um novo.

5.2.7. A Contratada substituirá o equipamento com vício por outro, com as características técnicas iguais ou superiores às aquelas constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, em até 10 (dez) dias úteis.

5.2.8. Em caso de substituição dos equipamentos, caberá ao Fiscal Técnico informar à Diretoria Administrativa – Gerência de Material, Patrimônio e Acervo para fins de procedimento de tombamento.

5.2.9. Toda substituição de qualquer equipamento, em assistência técnica, ocorrerá por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC.

5.2.10. Os equipamentos deverão ser retirados, após a liberação do fiscal técnico, nas sedes dos núcleos, localizados nas comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa, nos seguintes endereços:

5.2.11. Como condição de recebimento do objeto pelo TJPB, e posterior pagamento, o fornecedor deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido, respeitados os termos da proposta apresentada.

5.1.12. O Fiscal Técnico ou Comissão responsável ao atestar o recebimento do objeto deverá informar se a entrega foi realizada no prazo; se não, anexar parecer técnico encaminhado ao Ordenador de Despesa, nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.697/2012 (CAFIL).

5.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou instrumento equivalente.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

a) Gestão do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, emissão de termo de atesto e liberação de pagamento, dentre outros;

b) Fiscalização Técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato ou documento equivalente (Termo de Referência, Projeto Básico, Carta-Contrato, Ordem de Serviço e/ou Fornecimento), para efeito de pagamento; conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pelo Gestor do Contrato;

c) Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

d) Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

6.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos e equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

6.3. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de Gestão de Contratos e Processamento da Despesa do TJPB, para a execução das atividades de gestão e fiscalização dos contratos.

6.4. Na hipótese da contratação de terceiros, para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato será observado o seguinte:

a) A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

b) A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

6.5. O recebimento provisório e definitivo ficará a cargo do setor de Almoxarifado ou pela Fiscalização Técnica.

6.6. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial poderão solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno do TJPB vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre a equipe de gestão e fiscalização do contrato e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, através do uso do Sistema Gestor de Contratos do TJPB.

6.9. A equipe de gestão e fiscalização do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.11.1. A equipe de gestão e fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Obrigações do Tribunal de Justiça

6.12. São obrigações do TJPB:

1. Expedir a Ordem de Fornecimento;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada para a fiel execução do avençado;
3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
5. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor, através de servidor/comissão especialmente designado(a);
7. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

6.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.14. O tratamento de dados pessoais pelo TJPB observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução contratual.

Obrigações do Fornecedor/Empresa contratada

6.15. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência (e seus anexos), e da sua Proposta, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, obrigando-se, ainda a:

1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

2. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TJPB;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo ressarcir os eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
4. Substituir às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias de antecedência da data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
6. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TJPB a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;
8. Indicar preposto para representá-la durante a execução contratual;

6.16. O tratamento de dados pessoais pelo Fornecedor observará o disposto na Lei nº 13.709 /2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução contratual.

6.17. São expressamente vedadas ao beneficiário da nota de empenho:

- a) A subcontratação do objeto licitado;
- b) A contratação de servidor requisitado, a disposição e/ou pertencente ao quadro de pessoal do TJPB, durante a vigência desta avença.

Do reajuste

6.18. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhados da nota fiscal ou documento equivalente, pelo responsável no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações acordadas no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo Almoxarifado do TJPB, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante emissão do competente termo.

7.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da entrega não conforme, bem como a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais, nem tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da contratação.

7.5. Na hipótese do recebimento definitivo não ser realizado dentro do prazo fixado, conforme subitem 7.3., reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia posterior ao esgotamento do prazo.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo TJPB durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação e Pagamento

7.8. Para fins de liquidação e pagamento da execução do objeto da contratação, a empresa contratada deve inserir no Sistema Gestor de Contratos do TJPB, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do Tribunal, os seguintes documentos:

7.8.1. Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da entrega dos materiais.

7.8.2. Certidão de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certidão de Regularidade do FGTS e Trabalhista, todas válidas.

7.8.3. Consulta ao Site Oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso.

7.9. O pagamento será efetuado pelo TJPB no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da Fatura/Nota Fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa contratada.

7.10. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Fatura/Nota Fiscal apresentada pela empresa contratada, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da documentação discriminada neste Termo de Referência e do regular cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

7.10.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, que a contratada formalize o pedido de liberação de pagamento, endereçado ao Ordenador de Despesa e poderá ocasionar o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

7.11. Havendo erro na apresentação da Fatura/Nota Fiscal/Boleto ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJPB.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1. O TJPB fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que se reserva ao direito de efetuá-la ou não nos casos em que for facultativo.

7.12.2. A empresa contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação comprobatória exigida neste Termo de Referência.

7.13. O TJPB pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa contratada, de acordo com o previsto neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

7.14. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento (AP), mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa contratada.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento (AP).

7.16. O TJPB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela empresa contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.17. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do TJPB, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo Órgão será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

I = Índice de atualização financeira (Variação do IPCA do mês inerente ao atraso da fatura/30).

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será realizado de acordo com as regras definidas no item 5 deste TR, que trata do modelo de execução do objeto.

Exigências de habilitação

8.3. Será exigido da empresa participante que apresente comprovação de que pertence ao ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, através do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou CNAE (principal e secundário).

8.4. Os requisitos a serem exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista serão definidos no Aviso de Dispensa da Licitação.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 32.979,98

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 32.979,98** (trinta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos anexo a este Termo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do TJPB.

11. Sanções Administrativas

11.1. O Contratado que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133 /2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da Ordem de Fornecimento expedida, até o limite de 20 (vinte) dias;

c) Multa compensatória de até 20% (vinte) por cento sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, pelo prazo de até três anos;

f) Inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133 /2021.

11.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.5. As penalidades previstas nos subitens 11.1 "e" e "f" importarão na inclusão do Contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba – CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas – CEIS.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO DA COSTA SANTOS

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 11:59:00.

Documento assinado digitalmente



LUCIANO CARVALHO DE MEDEIROS JUNIOR
Data: 12/11/2024 12:11:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCIANO CARVALHO DE MEDEIROS JUNIOR

Integrante Técnico

**JULIO DE
MEDEIROS PAIVA
FILHO**

Assinado de forma digital por
JULIO DE MEDEIROS PAIVA
FILHO
Dados: 2024.11.13 09:12:06
-03'00'

JULIO DE MEDEIROS PAIVA FILHO

Integrante Demandante

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de Precos (2).pdf (1.79 MB)

Anexo I - Mapa de Precos (2).pdf



Relatório de Cotação: Notebook MacBook Pro Apple 14", M3 Pro

Pesquisa realizada entre 05/11/2024 20:05:37 e 05/11/2024 20:21:54

Relatório gerado no dia 05/11/2024 20:29:50 (IP: 2804:de0:407:54c5:c4e3:4606:ef87:bfd4)

Observações Gerais: Cotação de preços para aquisição futura de dois Notebooks MacBook Pro Apple 14", M3 Pro, CPU 11 Núcleos, GPU 14 Núcleos, 18GB RAM, SSD 512GB, com vistas ao desenvolvimento de aplicações.

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Notebook MacBook Pro Apple 14", M3 Pro

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 1	2	R\$ 16.489,99 (un)	-	R\$ 16.489,99	100%	R\$ 32.979,98

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 2	05/11/2024 20:26:02	R\$ 15.999,99
2	Amazon (https://www.amazon.com.br/)	Anexo 1	05/11/2024 20:24:29	R\$ 15.599,99
Valor Unitário				R\$ 15.799,99

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	SAO PAULO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	50290931000140-1-000102/2024	24/07/2024	R\$ 17.870,00
Valor Unitário				R\$ 17.870,00

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 15.999,99

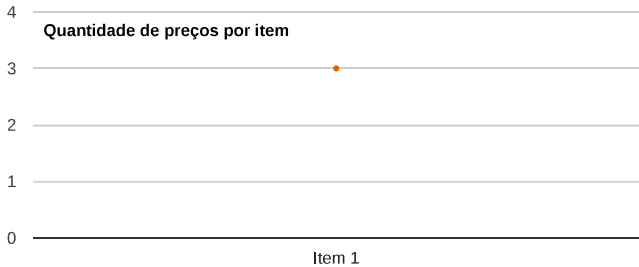
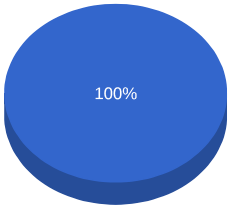
Média dos Preços Obtidos: R\$ 16.489,99

Valor Global: R\$ 32.979,98



Valor do item em relação ao total

1) Notebook M...



Detalhamento dos Itens

Item 1: Notebook MacBook Pro Apple 14", M3 Pro			
Preço Estimado: R\$ 16.489,99 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 16.489,99	Média dos Preços Obtidos: R\$ 16.489,99

Quantidade	Descrição	Observação
2 Unidades	Especificações: Chip: - Chip M3 Pro da Apple - CPU de 11 núcleos (5 de desempenho e 6 de eficiência) - GPU de 14 núcleos - Traçado de raio s acelerado por hardware - Neural Engine de 16 núcleos - 150 GB/s de largura de banda da memória Mecanismo de mídia: - H.264, HEVC, Pro Res e ProRes RAW com aceleração por hardware - Mecanismo de decodificação de vídeo - Mecanismo de codificação de vídeo - Mecanismo d e codificação e decodificação ProRes - Decodificação AV1 Tela: - Tela Liquid Retina XDR de 14,2 polegadas (na diagonal)1; resolução nativa de 3024 x 1964 a 254 pixels por polegada XDR (Extreme Dynamic Range): - Proporção de contraste: 1.000.000:1 - Brilho de XDR: 1000 nits de brilho constante (na tela toda), pico de 1600 nits (somente conteúdo HDR) - Brilho de SDR: 600 nits Cor: - 1 bilhão de cores - Ampla tonali dade de cores (P3) - Tecnologia True Tone Taxas de atualização: - Tecnologia ProMotion para taxas de atualização adaptativas de até 120 Hz - Taxas de atualização fixas: 47,95 Hz, 48,00 Hz, 50,00 Hz, 59,94 Hz e 60,00 Hz Memória: - Memória unificada de 18 GB Bateria e energia: - At é 18 horas de reprodução de vídeo no app Apple TV - Até 12 horas de navegação em rede sem fio - Bateria de polímero de lítio de 72,4 watts/h ora - Adaptador de energia USB-C de 70W (incluído na versão com chip M3 Pro e CPU de 11 núcleos) - Adaptador de energia USB-C de 96W (incluído na versão com chip M3 Pro e CPU de 12 núcleos ou chip M3 Max, possibilidade de configuração na versão com chip M3 Pro e CPU de 11 núcleos) - Cabo de USB-C para MagSafe 3 - Compatível com recarga rápida com adaptador de energia USB-C de 96W Armazenamento: - SSD de 512 GB Portas e expansão: - Slot para cartão SDXC - Porta HDMI - Entrada para fones de ouvido de 3,5 mm - Porta MagSafe 3 Três portas Thunderbolt 4 compatíveis com: - Recarga - DisplayPort - Thunderbolt 4 (até 40 Gb/s) - USB 4 (até 40 Gb/s) Suporte a telas: - Até dois monitores externos com resolução de até 6K a 60 Hz conectados via Thunderbolt ou um monitor externo com resolução de até 6K a 60 Hz cone ctado via Thunderbolt e um monitor externo com resolução de até 4K a 144 Hz conectado via HDMI - Um monitor externo com resolução de 8 K a 60 Hz ou um monitor externo com resolução de 4K a 240 Hz conectado via HDMI - Saída de vídeo digital Thunderbolt 4 - Compatível co m saída DisplayPort nativa via USB-C (M3 Pro e M3 Max) - Saída de vídeo digital HDMI - Compatível com um monitor com resolução de até 8K a 60 Hz ou de 4K a 240 Hz (M3 Pro e M3 Max) Reprodução de vídeo: - Formatos compatíveis incluem HEVC, H.264, AV1 e ProRes - HD R com Dolby Vision, HDR10 e HLG Reprodução de áudio: - Formatos compatíveis incluem AAC, MP3, Apple Lossless, FLAC, Dolby Digita l, Dolby Digital Plus e Dolby Atmos Teclado e trackpad: Magic Keyboard retroiluminado com: - 78 (EUA) ou 79 (ISO) teclas, incluindo 12 tec las de função no mesmo tamanho das alfanuméricas e quatro teclas de direção com disposição de "T" invertido - Touch ID - Sensor de luz ambi ente - Trackpad Force Touch para controle preciso do cursor e sensores de pressão. Possibilita toques fortes, aceleradores, traço sensível à press ão e gestos Multi-Touch. Conexões sem fio: - Wi-Fi: Wi-Fi 6E (802.11ax) - Bluetooth: Bluetooth 5.3 Câmera: - Câmera FaceTime HD de 1080 p - Processador de imagem avançado com vídeo computacional Áudio: - Sistema de som com seis alto-falantes de alta-fidelidade e woofers co m cancelamento de força - Som estéreo amplo - Compatível com Áudio Espacial ao reproduzir música ou vídeo com Dolby Atmos em alto-fala ntes integrados - Áudio Espacial com Rastreamento Dinâmico da Cabeça usando AirPods (3ª geração), AirPods Pro e AirPods Max - Conjunto de três microfones com qualidade de estúdio, alta relação sinal-ruído e filtragem espacial direcional - Entrada para fones de ouvido de 3,5 mm e compatibilidade avançada com fones de ouvido de alta impedância - Porta HDMI compatível com saída de áudio multicanal Requisitos operaci onais: - Voltagem: 100-240 VCA - Frequência: 50-60 Hz - Temperatura operacional: 10 °C a 35 °C - Temperatura de armazenamento: -25 °C a 45 °C - Umidade relativa: 0% a 90%, sem condensação - Altitude operacional: testado até 3.000 metros - Altitude máxima de armazenamento: 4.500 metros - Altitude máxima de transporte: 10.500 metros Acessibilidade: - Controle por Voz - VoiceOver - Zoom - Aumentar Contraste - R eduzir Movimento - Siri e Ditado - Controle Assistivo - Legendas Ocultas - Vocalização de Texto Conteúdo da caixa: - MacBook Pro de 14 pol egadas - Adaptador de energia USB-C de 70W - Cabo de USB-C para MagSafe 3 (2m)	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais	R\$ 17.870,00
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)	



Órgão: SAO PAULO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Objeto: Aquisição de equipamentos MacBook Pro.

Descrição: Notebook tela: até 14, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: superior a 8, núcleos por processador: superior a 8, armazenamento hdd: sem disco hdd, armazenamento ssd: 480 a 1.000, bateria: definido pelo fabricante, alimentação: bivolt a - Notebook tela: até 14, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: superior a 8, núcleos por processador: superior a 8, armazenamento hdd: sem disco hdd, armazenamento ssd: 480 a 1.000, bateria: definido pelo fabricante, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia on site: superior a 36 Apple MacBook Pro 14", com processador M3 Pro (11cpu, 14gpu, 16ne) com 18 GB RAM e SSD 512 GB; cod. MRX63BZ/A.

Data: 24/07/2024 15:47

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 50290931000140-1-000102/2024

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 24/07/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 2

Unidade: Unidade

UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
53.249.470/0001-50	SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS LTDA				R\$ 17.870,00
VENCEDOR					
Marca:					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	São Paulo	RUA CORONEL FRIAS, 240	(11) 5071-4040	carlos@sistecnica.com.br	

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 15.599,99

Inc. III Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Site: Amazon (https://www.amazon.com.br/)

Produto: MacBook Pro (2023). O notebook da Apple chip M3 Pro, CPU de 11-core e GPU de 14-core: Tela Liquid Retina XDR de 14,2 pol, 18GB de memória unificada e SSD de 512GB. Funciona com o iPhone/iPad. Prateado

Descrição: Anexo 1

Data/Hora Inclusão: 05/11/2024 20:24:29

CNPJ: 15.436.940/0001-03

Telefone: 0800-038-0541

Url: https://www.amazon.com.br/MacBook-notebook-Apple-11-core-14-core/dp/B0CM71M28J/ref=sr_1_5?dib=eyJ2IjoiMSJ9.tJCSi aomOe-KR_OrkxAmrEP2QG17gen1ZHeTIE-HMm7nEK27pH71Fsbnz2F9x018DQV9o4K_as4Es5jJO9q7M_j6A5OvWGIJl6U KYTLfiFtAwGThh_qOul-eio-PFZBhAHd3x1t1NbV5KvLQbXkxPuZjv5hICbw8MdlmLSfJ1KLOFK4z0X1jwKXz8ArLpAe_H yiTyiRt0nDoSrGgF5Wa8vtq0NTnvn_SILtFCINGgBvoAfvHJcDJroi-R-NrqRdi1BT0yNnQmHu60sCqxGqxA.tbkVAM_3u3N-e PhEJTlPtSUXUURPazcq2k2nu2mRbg&dib_tag=se&keywords=MacBook-Pro-Apple-14%22%2C-M3-Pro&qid=1730849012 &sr=8-5&ufe=app_do%3Aamzn1.fos.25548f35-0de7-44b3-b28e-0f56f3f96147

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 15.999,99

Inc. III Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Site: Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)

Produto: Notebook MacBook Pro Apple, Tela Retina 14", Chip M3 Pro, 18GB RAM, CPU 11 Núcleos, GPU 14 Núcleos, SSD 512GB, Preto Espacial - MRX33BZ/A

Descrição: Anexo 2

Data/Hora Inclusão: 05/11/2024 20:26:02

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/notebook-macbook-pro-apple-tela-retina-14-chip-m3-pro-18gb-ram-cpu-11-nucleos-gpu-14-nucleos-ssd-512gb-preto-espacial-mrx33bz-a/p/gdkac61c7g/in/mack/





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 05/11/2024 20:10:49

Acessar a fonte [aqui](#)

Fontes de domínio amplo:

1 - Amazon (<https://www.amazon.com.br/>)

www.amazon.com.br

Data: 05/11/2024 20:24:29

Acesse a fonte [aqui](#)

2 - Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

www.magazineluiza.com.br

Data: 05/11/2024 20:26:02

Acesse a fonte [aqui](#)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gerência de Programação Orçamentária - Tribunal de Justiça

RESERVA ORÇAMENTÁRIA Nº 1789/2024

Processo nº 000403-59.2024.8.15.

Dados	da	Classificação
Orçamentária: 5901.02.126.5244.1997.0000.0000287.44905200.76000		
Fonte de Recurso: 760		
Código Reduzido da Classificação: 5765		
Valor Reservado: 32.979,98 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos)		
Aquisição de 02 MacBook para desenvolvimento de aplicativos mobile - 2º Grau		

João Pessoa – PB, 27 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Erivalda Rodrigues Duarte, Gerente de Programação Orçamentária**, em 27/11/2024, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0062986** e o código CRC **890D1889**.

Referência: Processo nº 000403-59.2024.8.15

SEI nº 0062986